

Protocolo 19- 2.612/2021

De: Clelia S. - SPU - CEIV

Para: Representante: FG BRAZIL HOLDING LTDA

Data: 16/12/2021 às 16:44:24

Setores envolvidos:

SGA - DEPE, SFA - CPD, SPU - CEIV, SPU - DAP - ANL, SPU - DAP - ADM, SPU - CEIV - MEM

Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)

Prezados,

segue o parecer nº 058/2021 - CEIV, referente a 3ª Análise do EIV - Imperium Tower, para providências.

Atenciosamente,

—
Clelia Witt Saldanha
Fiscal de Obras II - SPU

Matr 40.815/CREA 069078-6

Anexos:

PARECER_058_2021_Ed_Imperium_3_analise_Prot_e_2612_2021.pdf

PARECER 058/2021 – CEIV
COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA
(CEIV)

- () Primeira Análise – Parecer nº 016/2021-CEIV – 05/04/2021
() Segunda Análise – Parecer nº 045/2021-CEIV – 20/10/2021
(X) Terceira Análise – Parecer nº 58/2021 – CEIV - 16/12/2021

Processo Administrativo nº: 2612/2021 (1Doc)

Projeto: Imperium Tower

Área do lote: 1.829,035 m² (real)

Área construída (projetada): 28.008,73 m²

Número de Pavimentos:

Número de Unidades Autônomas Comerciais:

Projeção de atração do empreendimento:

Vagas de Garagem: 222 vagas para automóveis + 1 carga e descarga + 32 p/ EPP

Endereço: Av. Atlântica - Centro

Uso: multifamiliar e comercial

Zona: ZACC-I-A

DIC: 37013

Investimento previsto: 28.008,73 CUB's

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 9.779, de 11 de fevereiro de 2020, que "Dispõe sobre a reformulação da Comissão Permanente de Análise de EIV – CEIV, e dá outras providências";

CONSIDERANDO o Despacho EIV nº 09 – 1DOC_2612/2021, em 04/02/2021, que encaminhou o Estudo de Impacto de Vizinhaça para o empreendimento de uso comercial, denominado Ed. Imperium Tower, requerido por Imperium Palace Empreendimentos SPE Ltda. (CNPJ nº 32.289.769/0001-68), situado à Avenida Atlântica, nº 270 (DIC 37013), no Centro, enquadrado no Art. 53, inciso II e III, da Lei Municipal nº 2.794/2008;

CONSIDERANDO o projeto arquitetônico do empreendimento está em tramitação no Departamento de Análise de Projetos (vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária) sob o protocolo;

CONSIDERANDO que a Instrução Normativa 001/2019 – SPU orienta que a atuação da CEIV se restringe a mensuração dos impactos a serem gerados pelo empreendimento e suportados pela vizinhança de carácter meramente opinativo;

CONSIDERANDO que a Instrução Normativa 001/2019 – SPU orienta que anteriormente à distribuição do EIV para parecer da CEIV, o projeto deve ser analisado pela equipe técnica da Secretaria do Planejamento, devendo ser submetido à CEIV somente se estiver de acordo com a "legislação urbanística em geral";

Após a 3ª análise do Estudo de Impacto de Vizinhança e sua complementação, apresentados, a CEIV faz as seguintes considerações:

5.Com relação ao item 6.2 Descrição das Obras:

5.3. Apresentar o croqui do canteiro de obras de forma a contemplar todas as etapas da implantação, estabelecendo a dinâmica do mesmo durante as diversas etapas. Considerando a execução de subsolo, indicar as áreas de carga e descarga de materiais, área de manobra e circulação de veículos, área de estacionamento de caminhão-betoneira, concretagem, bombas de concreto, as áreas de vivência e demais áreas de manobra e acesso dos equipamentos e máquinas, entre outros;

R: *Segue o Projeto de Canteiro de Obras (Anexos 21 deste ofício), contemplando o layout das etapas de implantação (fundação e estrutura), indicação das áreas de carga e descarga de materiais, área de manobra e circulação de veículos, área de estacionamento de caminhão-betoneira, concretagem, bombas de concreto, as áreas de vivência e demais áreas de manobra e acesso dos equipamentos e máquinas, entre outros;*

2ª Consideração da CEIV: Detalhar o canteiro de obras, considerando as etapas construtivas conforme o Cronograma apresentado, indicando as áreas de carga e descarga de materiais, áreas de manobra e circulação de veículos, áreas de estacionamento de caminhão-betoneira, concretagem, bombas de concreto e demais áreas de manobra e acesso dos equipamentos e máquinas, bem como estabelecer a dinâmica do canteiro de obras durante as diversas etapas da fase de implantação. Levar em consideração a execução do subsolo (inclusive as escavações), indicando as áreas (acima solicitadas) após a conclusão da infraestrutura (prevista a execução da infraestrutura entre os meses de dez/21 e abr/22);

2º Complemento Ed. Imperium: *O Projeto de Canteiro de Obras (Anexos 2 deste ofício), com melhor detalhamento das etapas construtivas conforme o Cronograma apresentado, indicando as áreas de carga e descarga de materiais, áreas de manobra e circulação de veículos, áreas de estacionamento de caminhão-betoneira, concretagem, bombas de concreto e demais áreas de manobra e acesso dos equipamentos e máquinas, bem como estabelecendo a dinâmica do canteiro de obras durante as diversas etapas da fase de implantação, levando em consideração a execução do subsolo (inclusive as escavações), indicando as áreas após a conclusão da infraestrutura com as seguintes observações:*

3ª Consideração da CEIV: **As descrições no ofício-resposta e as pranchas do canteiro de obras, das etapas 01, 02 – Bloco Principal, Etapa 3A e 3B não trazem os esclarecimentos necessários ao entendimento das etapas construtivas. Por exemplo, na Etapa 1 (Fundações), a prancha traz a informação de que haverá carga e descarga no fundo do lote e, movimentação de máquinas e equipamentos (na lateral sul), nestes casos,**

esclarecer como se dará o tráfego de caminhões na lateral sul da obra para efetuar as cargas/descargas, visto que será executada escavação para o subsolo; Da mesma forma, na Etapa 2, esclarecer como se dará a execução do bloco, considerando a disposição das áreas de carga e descarga e de movimentação de máquinas e equipamentos. Na Etapa 3 (embasamento), esclarecer a informação de que haverá movimentação de caminhões, máquinas e equipamentos (na lateral sul), numa área onde contempla o embasamento. Assim, restam esclarecimentos sobre as etapas da obra, com a devida dinâmica de cada etapa, estabelecendo os locais de estacionamento dos veículos (caminhões betoneira e bomba), como se dará a logística, uma vez que o acesso à obra é pela Av. Atlântica. Ainda, detalhar a execução do pavimento subsolo, e a movimentação dos caminhões, como para descarga de materiais nessa fase da obra.

7. No item "6.5 Terraplanagem", apresentar o cálculo do volume a ser removido, aplicando o "fator de empolamento", ou seja, calcular o volume de terra solta. Especificar como será realizado o transporte do volume de terra a ser removido (local de carga, volume de cada caminhão que fará o transporte, quais vias serão utilizadas para acesso e escoamento, etc). Ainda, a execução da terraplanagem depende de autorização/licença da SEMAM;

R: Foi acrescentado no item "6.5 Terraplanagem", as seguintes informações: "Para o cálculo do volume a ser removido, aplicando o "fator de empolamento", ou seja, o volume de terra solta após movimentada/descompactada, considerou-se que o material a ser escavado será proveniente do pavimento de subsolo do empreendimento, com o volume de 4.778,07 m³, assim aplicando o fator de empolamento de 30%, o volume total de terra após movimentada será de aproximadamente 6.211,49 m³. É importante destacar que a etapa de escavação, para a implantação do empreendimento, é analisada e contemplada no processo de licenciamento ambiental, junto ao IMA, haja vista que o empreendimento é uma atividade licenciável, e em conformidade com a Lei Complementar nº 140/2011 que estabelece que o licenciamento ou autorização ambiental deve ocorrer em um único ente federativo, cuidando de todas as etapas e procedimentos (evitando-se o duplo licenciamento), portanto entende-se que não há necessidade de autorização/licença da SEMAM para os serviços de terraplanagem no imóvel, pois esta legislação ainda cita que em caso os demais entes federativos interessados podem manifestar-se ao órgão responsável pela licença ou autorização, de maneira não vinculante, respeitados os prazos e procedimentos do licenciamento ambiental."

2ª Consideração da CEIV: Solicitamos que seja apresentada a devida licença ambiental. Apresentar medidas mitigadoras referentes à terraplanagem;

2º Complemento Ed. Imperium: Considerando que o processo de Licenciamento Ambiental (LAP e LAI) do empreendimento ainda está sendo analisado, junto ao Instituto do Meio Ambiente Estadual – IMA, conforme protocolos já anexos ao presente processo, solicita-se que seja apresentado o devido Licenciamento Ambiental para a aprovação municipal, no momento da emissão do alvará de construção, para que não despenda maior tempo de aprovação do processo de EIV. Na Matriz Qualiquantitativa de Impactos e Mitigação, (Anexo 5 deste ofício) estão previstas as seguintes medidas relacionadas a esta etapa de terraplanagem:

(1) Aplicação do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, com objetivo de reduzir, reutilizar e/ou reciclar resíduos sólidos; (11) Realizar as atividades implantação respeitando os horários de funcionamento de obras; (17) Aplicação de irrigação dos locais e dos serviços causadores de poeira; (18) Utilização de telas protetoras de poeira em caminhões; (19) Lavagem de veículos e maquinários nas saídas de ambientes com solo exposto; (24) Utilizar equipamentos e maquinários menos ruidosos e controlar o índice de decibéis na obra; (25) Realizar manutenção periódica em equipamentos e maquinários ruidosos; (26) Planejar a logística de entrega/retirada de materiais e insumos, visando reduzir o número de viagens na obra;

3ª Consideração da CEIV: Reitera-se a solicitação de apresentação da Licença Ambiental (ver item 18). As medidas mitigadoras descritas acima estão esparsas na Matriz, porém sendo aplicáveis à atividade de terraplanagem.

18. Conforme mencionado no 7.1.1, o empreendimento está situado em área de APP, portanto deve ser apresentada a Licença Ambiental (LAP/LAI);

R: O processo de Licenciamento Ambiental do empreendimento já está sendo providenciado, junto ao Instituto do Meio Ambiente Estadual – IMA (protocolos Anexos 27). Assim como será necessário à apresentação do Licenciamento Ambiental para a aprovação municipal do projeto arquitetônico, solicita-se que seja reconsiderada a apresentação de tal documento no momento da emissão do alvará de construção, haja vista que a LAP/LAI do empreendimento em questão já está em fase de obtenção, conforme protocolo já anexo ao EIV;

2ª Consideração da CEIV: Tendo em vista que o empreendimento em análise ocupa geograficamente Área de Preservação Permanente (APP) estabelecido pela Lei Federal n.º 12.651/2016 (Código Florestal), para prosseguimento se faz necessário apresentar as devidas licenças ambientais. Ainda, levando em consideração que o empreendimento está em área de APP, apresentar medidas mitigadoras.

2º Complemento Ed. Imperium: Ressalta-se que o processo de Licenciamento Ambiental do empreendimento ainda se encontra em análise pelo Instituto do Meio Ambiente Estadual – IMA, conforme protocolos já anexos ao presente processo, assim solicita-se que seja apresentado o devido Licenciamento Ambiental para a aprovação municipal, no momento da emissão do alvará de construção, para que não despenda maior tempo de aprovação do processo de EIV. Em relação as medidas mitigadoras relacionadas a APP, tanto na Matriz Qualiquantitativa de Impactos e Mitigação (Anexo 5 deste ofício), foram consideradas as seguintes medidas na fase de implantação: (22) Isolar a obra do curso d'água aos fundos do imóvel; e na fase de operação: (42) Realizar o plantio de espécies nativas nas margens do Canal Marambaia, aos fundos do empreendimento, para fins de recuperação da APP;

3ª Consideração da CEIV: Levando em consideração que o empreendimento está situado em área de APP, a apresentação das devidas licenças ambientais é de extrema importância. A medida mitigadora "(22) Isolar a obra do curso d'água aos fundos do imóvel", pode caber como

medida para que não ocorra interferência da obra na área de APP. Porém, esta medida, na fase de implantação, foi incluída no impacto "Aumento do desconforto acústico da vizinhança", explicar a correlação da medida x impacto. Rever;

19. Em relação à Paisagem urbana, a CEIV entende ser necessária a análise da relação entre a área privada e a pública (calçadas) nas duas fachadas da edificação, focando na criação de atratividade e vitalidade nestas áreas de transição. A abordagem deve focar em relação ao impacto (positivo ou negativo) que o empreendimento possa causar na segurança, vitalidade e atratividade que os pedestres experimentam ao andarem pela rua, e, principalmente, como tornar o local agradável para a permanência dos usuários. Como se dará a integração das fachadas do empreendimento e a inter-relação destes espaços? As imagens apresentadas, (figuras 97 e 98) não apresentam esta relação de forma clara, apesar de apresentarem a adequação do empreendimento em relação ao contexto geral.

R: *Em relação a Paisagem Urbana, quanto à relação entre a área privada e a pública (calçadas) será executado conforme exigências e padrões estabelecidos pela prefeitura, a qual contará com arborização para aumentar a atratividade e vitalidade neste local tornando o ambiente agradável, conforme demonstra a Figuras 11 e 12.*

2ª Consideração da CEIV: A leitura da paisagem é fundamental para a análise da inserção do empreendimento no contexto urbano da vizinhança, e tendo em vista que o Hotel Marambaia, situado na AVD, o qual é classificado como "Área Especial de Interesse e do Patrimônio Histórico e Ambiental", conforme a Lei n. 2.794/2008", deverá ser levado em consideração na composição da paisagem do embasamento do Ed. Imperium. Bem como, esclarecer qual será o uso dado à ponte sobre o Rio Marambaia nos fundos do empreendimento. A CEIV recomenda que a mesma deva ser reservada para o uso público, sendo contemplada no projeto paisagístico do empreendimento e incorporada ao projeto do parque linear do Rio Marambaia;

2º Complemento Ed. Imperium: *Já para o uso dado à ponte sobre o Rio Marambaia nos fundos do empreendimento, a empresa requerente não tem a opor a recomendação da CEIV para que a mesma deva ser reservada para o uso público, sendo incorporada ao projeto do parque linear do Canal Marambaia, desde que seja atribuído também a responsabilidade de manutenção da mesma ao poder público;*

3ª Consideração da CEIV: Parcialmente atendido. As imagens apresentadas devem ser compatibilizadas com o projeto arquitetônico. Por exemplo, na Figura 98.3, não fica claro qual o tratamento dado à fachada sul: será sem aberturas ou com pele de vidro em toda face? Esclarecer. Adicionalmente, não foram apresentadas imagens ou projeto paisagístico da fachada voltada para o Rio Marambaia, levando em consideração o uso da ponte sobre o Rio Marambaia e a "integração" com o empreendimento. Apresentar imagens da integração do passeio na fachada principal do empreendimento, na Av. Atlântica.

A análise da MATRIZ, das medidas e dos percentuais de mitigação será realizada após a apresentação das correções;

21. Com relação ao Detalhamento dos Impactos Identificados e a Matriz de Aspecto e Impacto (Item 8.2 do EIV):

21.1. Rever a repetição de impactos na mesma fase, pois muitos impactos avaliados na matriz são iguais, mudando somente a nomenclatura. Conforme dispõe a Lei Complementar nº 24/2018, em seu art. 6º, § 1º:

- aumento da demanda no sistema público de água e efluentes e pressão no sistema público de água e efluentes;

R: Foi alterado a nomenclatura dos impactos para "aumento do consumo de água", "aumento na geração de efluentes", "pressão no sistema público de água" e "pressão no sistema público de tratamento de efluentes", por se tratar de impactos distintos;

2ª Consideração da CEIV: Deverá apresentar a descrição de cada impacto, demonstrando serem plenamente distintos, ou unificá-los. A CEIV entende que o "aumento" produzirá "pressão no sistema", ou seja, o impacto pressão já indica que houve o aumento (de consumo de água ou de geração de efluentes);

2º Complemento Ed. Imperium: Segue as descrições de cada impacto, para fins de esclarecer a distinção entre "aumento" e "pressão no sistema", apesar de estarem de certa forma correlacionados, a distinção pode ser facilmente exemplificada pelo fato de que os impactos "aumento do consumo de água", "aumento na geração de efluentes" e "aumento no consumo de energia elétrica" poderá ocorrer sem que haja necessariamente a "pressão no sistema público", pois existem casos que pode haver sistema de abastecimento individual/privado (por exemplo: poço artesiano, ETE própria, energia fotovoltaica, etc.), ou até mesmo não tiver sistema público de abastecimento de água, de coleta de efluentes para tratamento e até mesmo de abastecimento de energia no local.

3ª Consideração da CEIV: Considerando que os exemplos apresentados não se aplicam ao empreendimento. A CEIV reitera que os impactos deverão ser revistos, em função da ocorrência de repetições na mesma fase, pois muitos impactos avaliados na matriz são iguais, mudando somente a nomenclatura. Conforme dispõe a Lei Complementar nº 24/2018, em seu art. 6º, § 1º: "O impacto causado será levado em conta apenas uma vez no cálculo." Rever todos os impactos repetidos (fases de implantação e/ou operação), tais como:

- "pressão no sistema de drenagem pluvial" e Aumento do escoamento superficial";
- "aumento do consumo de água" e "pressão no sistema de público de água";
- "aumento do tráfego de veículos" e "pressão na infraestrutura viária".
- "aumento no consumo de energia elétrica" e pressão no sistema de abastecimento de energia";

- **"aumento na geração de resíduos sólidos" e "pressão no sistema de coleta e destinação dos resíduos";**
- **Ainda, rever demais impactos, suas ações mitigadoras e percentual de mitigação de diversos impactos uma vez que decorrem do regular exercício profissional e/ou de exigência normativa, ou ainda, não estão relacionados com o impacto. Como por exemplo: "Implantar o projeto arquitetônico conforme o previsto, com os recuos que possibilitam o afastamento com as demais construções do entorno, gerando aberturas para melhorar a ventilação e insolação, para que esta incidência seja suficiente para manter a qualidade das construções e de vida da população"; "Instalar a obra de arte no empreendimento [...]"; "Manter e respeitar os recuos que possibilitam o afastamento com as demais construções do entorno, gerando aberturas para melhorar a ventilação e insolação"; "Proporcionar espaços seguros para circulação e travessia de pedestres"; medidores individuais; [...]; Exemplo de medidas não compatíveis com o impacto: para o impacto "Aumento da geração de resíduos sólidos urbanos" – "29 - Seguir as manutenções constantes no Manual do Condomínio, especificamente em relação ao Sistema Hidrossanitário, com objetivo de manter o sistema em bom estado de funcionamento, a fim de evitar desperdícios vazamentos, descarte dos efluentes e resíduos inadequadamente durante o funcionamento do empreendimento; 30 - Aplicação do Programa de Conscientização Ambiental para os moradores, com objetivo de reduzir o consumo de água e energia no empreendimento, bem como outros desperdícios e assuntos de meio ambiente; 35 - Implantar e manter o sistema de hidrossanitário completo, visando a manutenção salubre do ambiente, com a correta destinação dos efluentes..., piscinas, lava pés, etc);**
- **Quanto ao impacto "aumento do tráfego de veículos", fase de implantação, é apresentada a seguinte medida: "Melhorias nas construções locais, estruturas das calçadas, pavimentação, acessibilidade, arborização", esclarecer e detalhar os pontos de intervenções, bem como, reavaliar o percentual de mitigação para no máximo 30%;**
- **Quanto ao impacto "Deterioração de vias públicas", fase de implantação, apenas a medida "reparar a via de acesso ao empreendimento, caso sofra deteriorização com o fluxo de veículos" condiz com o mesmo (remover as demais); considerar também os cuidados com as cargas dos caminhões, cobrindo-os, assim como limpeza das rodas e da via próxima ao empreendimento, caso necessário; reavaliar o percentual de mitigação para no máximo 10%;**

Após a apresentação da MATRIZ QUALI-QUANTITATIVA, serão analisados todos os itens: impactos, valorações, medidas mitigadoras e percentual de mitigação;

22. Considerações sobre o TRÂNSITO:

22.4. Em 7.7.3.1.3, de que forma o empreendimento pode contribuir para melhorar a malha cicloviária dentro da AVD na Avenida Brasil? Medida essa para atender a demanda de viagens por bicicleta, assim como para diminuir o uso do automóvel;

R: *Considerando que as ciclovias e ciclofaixas na AVD possuem larguras que variam em função da disponibilidade de espaço e em alguns locais observa-se placas de sinalização para os ciclistas em outros a pintura vermelha em sua extensão, acredita-se que é necessário a padronização pelo órgão público de trânsito e de planejamento. Contudo, o empreendimento pode contribuir com a revitalização da malha cicloviária de frente ao imóvel na Avenida Atlântica, já padronizada, e como medida complementar, para atender a demanda de viagens por bicicleta, manter no projeto a disposição das vagas de bicicletas, assim como dispor de um paraciclo para 10 bicicletas em frente ao empreendimento;*

2ª Consideração da CEIV: Deverá rever a solicitação de pintura da ciclofaixa. A instalação do paraciclo com dez vagas, foi aceito.

2º Complemento Ed. Imperium: *Foi mantido somente a medida (nº 38), para atender a demanda de viagens por bicicleta, a disposição das vagas de bicicletas dentro do empreendimento, assim como dispor de um paraciclo para 10 bicicletas em frente ao empreendimento;*

3ª Consideração da CEIV: Inserir na Matriz de Impactos a informação sobre a instalação de 10 vagas para bicicletas em paraciclos em frente ao empreendimento.

22.7. Em 7.7.4.1.1, calcular a geração de viagens da sala comercial; pois na sua área é possível funcionar comércio que gere um número considerável de viagens em um curto período. Qual é a função que pretende-se dar à sala comercial?

R: *No item "Geração de Viagens", foi acrescentado a seguinte informação "Por não ser possível prever a utilização que se dará para unidade comercial presente no projeto do empreendimento e ainda, que a implementação de estabelecimento comercial gerador de impacto dependerá de apresentação e aprovação de EIV próprio, trabalharemos com uma estimativa simples da geração de viagens induzida pela implementação de comércio no local.". Contudo, sabe-se que o uso é para fins gastronômicos, conforme determinação da legislação municipal, porém não há definições dentre os usos (dentre restaurante, conveniência, empório, mercados, lanchonetes, cafés, etc.) foi acrescentado o seguinte item:*

2ª Consideração da CEIV: Não foi visto coerência no uso do fator 1 quarto/1 vaga (0,90), pois a sala comercial não pode ser comparada a uma unidade residencial de um quarto e uma vaga. Sobre tudo, essa estimativa não foi aceita porque é necessário considerar o pior cenário, ou seja, o uso de maior demanda; sugere-se o uso dos cadernos da RedPGV para essa elaboração da geração de viagens. Ainda, esclarecer como se daria a operação de carga/descarga de caminhões para atender um mercado operando na sala comercial; e para qualquer uso considerar área de carga/descarga no estacionamento privado de uso público para a sala comercial. Rever o item 7.7.4.1.1 (Geração de viagens).

2º Complemento Ed. Imperium: Em resposta anterior referente ao item "Geração de Viagens foi indicado que a utilização da sala comercial, será para fins gastronômicos, mesmo assim, para atender à solicitação da CEIV, consideramos a metodologia indicada e utilização considerando mercado para estimativa da geração de viagens, ainda que a metodologia tenha se baseado em empreendimentos com dimensões bem superiores à existente no local, assim foi alterado as seguintes informações: [...];

3ª Consideração da CEIV: No anexo 3.1 está identificada apenas uma vaga para veículos leves, considerando que, mesmo que o uso da sala seja para fins gastronômicos, não foi previsto o dimensionamento no projeto de vaga para carga/descarga de caminhões (para abastecimento da atividade comercial). Rever;

22.9. Em 7.7.4.1.3, apresentar nas Referências Bibliográficas a Citação NITTRANS (2011); há dúvida com relação à possibilidade de fazer a divisão modal tal como foi feita neste estudo. Esclarecer. Em outros estudos em análise esta metodologia está sendo utilizada considerando que o número total de viagens é exclusivamente de automóveis;

R: Foi incluído na Referências Bibliográficas a Citação NITTRANS (2011) "NITtrans – Niterói, Transporte e Trânsito S/A. Caderno Técnico 01. Disponível em: . Acesso em: 01 de dez. de 2020.". Cabe ressaltar que o estudo apresentado utiliza o conceito de Unidade Carro de Passeio (UCP), que torna a estimativa de impacto no trânsito mais fiel a realidade, utilizando um fator de conversão para motos, uma vez que estes veículos também contribuem para saturação das vias;

2ª Consideração da CEIV: As viagens estimadas pela metodologia da NITTRANS são referentes a veículos automotores individuais (carros), portanto o total de viagens já está em UCP. A contribuição das motos (que pode ser encontrada com o auxílio do percentual da divisão modal) adiciona um valor ao número de viagens encontrado pelo método da NITTRANS.

2º Complemento Ed. Imperium: Como a divisão modal se dá dividindo-se o valor total das Unidades Carro de Passeio (UCP) dentre os percentuais da divisão modal (distribuídos dentro dos 100% das UCP's), o valor apresentado para motos não adiciona valor ao número de viagens encontrado pelo método da NITTRANS, apenas os distribui dentre as categorias de transporte tornando o resultando mais fiel à realidade e considerando a situação mais crítica. Contudo, visando facilitar o entendimento e por se entender que a CEIV considera satisfatória a consideração apenas dos carros, removemos do estudo a divisão e apresentação das motos, conforme abaixo: [...];

3ª Consideração da CEIV: O método da NITTRANS (número de quartos x número de vagas) traz como resultado um número em UCP que considera apenas o percentual de carros (na divisão modal), portanto, é necessário considerar as motos (e o número de viagens dessas pode ser encontrado utilizando das percentagens da divisão modal do PlanMOB/BC). Ainda para verificação da metodologia, não foi encontrado "NITTRANS" nas Referências Bibliográficas. Obs.: qualquer alteração no número de viagens

implicará na necessidade de revisão da Análise de Nível de Serviço (7.7.5.2).

22.12. Em 7.7.5.2, o ponto não avaliado, mas necessário por ser o mais crítico, é aquele na Av. Atlântica após a Av. Osmar Souza Nunes;

R: No item 7.7.5.2, foi alterado o ponto de análise para na Av. Atlântica após a Av. Osmar Souza Nunes;

2ª Consideração da CEIV: Apresentar a análise do ponto da Av. Atlântica após a interseção com a Av. Osmar Souza Nunes.

2º Complemento Ed. Imperium: Item revisado conforme tabelas apresentadas acima;

3ª Consideração da CEIV: Não foi apresentada a análise de nível de serviço da Av. Atlântica após a interseção com a Av. Osmar Souza Nunes. Rever;

22.13. Em 7.7.5.7, sobre a Tabela 14, foi considerado o número de viagens proveniente apenas do movimento 4. Rever. Sobre a Tabela 15, não seriam 5 viagens na Av. Brasil?

R: Nos cálculos da Tabela 14, passou-se a utilizar a soma do movimento 5 e 7. Sobre a Tabela 15, passou-se a considerar as 5 viagens na Av. Brasil, conforme abaixo:

2ª Consideração da CEIV: Responder o questionamento do Parecer 016/2021: Sobre a Tabela 15, não seriam 5 viagens na Av. Brasil?

2º Complemento Ed. Imperium: Conforme já apresentado, e após ajustes no EIT a tabela em questão foi removida, pois passou a representar situação equivalente a outra tabela já apresentada para situação na Av. Brasil. Contudo, apresenta-se as projeções de nível de serviços futuro, conforme Tabelas 9 a 12 (deste ofício) [...];

3ª Consideração da CEIV: Os volumes da Tabela 5 (de 22.11 do Ofício Resposta) não coincidem com os da Tabela 10. Ainda, especificar no título e legenda da Tabela 9 a localização na Avenida Atlântica.

22.15. Sobre 7.7.6.2.1, apresentar projeto de revitalização da sinalização;

R: Considerando que para as intervenções em área pública e de tráfego, demanda de indicações futuras (após conclusão das obras) e padrões definidos por parte da Secretaria de Planejamento, bem como Departamento de Trânsito, solicita-se que não seja onerado (custo e tempo) neste momento essa medida com a apresentação do projeto de revitalização da sinalização, mas sim que possa ser exigido que na execução seja atendido os padrões disponibilizados por essas secretarias, sendo que indicamos as faixas de pedestres que poderiam ser repintadas, que apresentam desgastes atualmente, sendo a da Rua Osmar de Souza Nunes eq. com a Avenida Atlântica e com a Avenida Brasil, bem como a nova posição da faixa em frente ao empreendimento (conforme Anexo 3 - Prancha Térreo);

2ª Consideração da CEIV: Foram aceitas as medidas mitigadoras de pintura de faixas de pedestre na interseção da Av. Osmar Souza Nunes com a Av. Atlântica e a Av. Brasil. Não foi aceita a alteração da localização da faixa de travessia de pedestres elevada.

2º Complemento Ed. Imperium: *Em relação a nova posição da faixa de travessia de pedestres elevada em frente ao empreendimento, haverá a necessidade de alteração desta devido a estar localizada em frente ao novo acesso duplo de veículos do empreendimento, conforme é detalhado no Anexo 4 deste ofício. No momento oportuno, será realizado os procedimentos necessário e solicitado as autorizações ao Departamento de Trânsito para o deslocamento;*

3ª Consideração da CEIV: Os custos com a remoção da Faixa de Pedestres elevada (em frente ao acesso do empreendimento a construir) será do empreendedor, assim como da implantação de uma nova em local a ser definido pelo Departamento de Engenharia de Tráfego - BC Trânsito. Solicitar à autarquia autorização e supervisão quando das intervenções a fazer na Av. Atlântica.

27. Rever o cálculo do valor da compensação considerando as adequações apontadas neste parecer. O valor da contrapartida deverá ser apresentado em CUB/SC.

R: *Foi revisto o cálculo do valor da compensação considerando as adequações apontadas neste parecer, apresentando o valor da contrapartida em CUB/SC (Anexo 29);*

2ª Consideração da CEIV: Rever;

2º Complemento Ed. Imperium: *Foi revisto o cálculo do valor da compensação considerando as adequações apontadas neste parecer, apresentando o valor da contrapartida em CUB/SC, conforme a Matriz de Cálculo de Compensação acima apresentado, Tabela 13 deste ofício;*

3ª Consideração da CEIV: Rever;

28. Após os ajustes apontados acima, deverá ser apresentada a Matriz Qualiquantitativa com os ajustes e o Cálculo do Valor de Compensação;

R: *Após todos os ajustes apontados acima, segue através do Anexo 28, a Matriz Qualiquantitativa, bem como as Medidas de Mitigação reorganizadas por fase de impacto (Anexo 29), resultando e mantendo os mesmos índices do Cálculo do Valor de Compensação, já constante no EIV (Item 9.1 – valores de Compensação);*

2ª Consideração da CEIV: Apresentar a Matriz Qualiquantitativa atualizada e a Tabela Resumo das Medidas Mitigatórias aplicadas a cada impacto identificado (para cada impacto relacionar a (s) medida (s) proposta (s), para que a CEIV possa avaliar “medidas” X “percentual de mitigação”. Conforme item 4.1.3 do Termo de Referência (anexo da LC nº 24/2018). As medidas mitigadoras para os impactos identificados devem ser descritas no EIV e também

avaliadas com base em seu percentual de mitigação. Estes dados devem ser apresentados em Matriz indicando os atributos, critérios e valores, assim com a mitigação e seu efeito sobre a magnitude do impacto.

2º Complemento Ed. Imperium: Após todos os ajustes apontados no presente parecer, segue através do (Anexo 5 deste ofício), a Matriz Qualiquantitativa dos Impactos atualizada, bem como foi acrescido a coluna com as numerações das Medidas de Mitigadoras, onde a descrição estará disponível ao lado da Matriz para que seja apresentada de forma organizada as medidas por impacto, separando por fase de execução, bem como seja possível avaliar o % de mitigação do impacto, com o objetivo de não sobrecarregar a Matriz Qualiquantitativa com a extensa lista de descrição das medidas, possibilitando melhor a interpretação da CEIV e cumprindo com as diretrizes do item 4.1.3 do Termo de Referência (anexo da LC nº 24/2018). As medidas mitigadoras para os impactos identificados estão descritas igualmente no EIV (item 8.31 – Metodologia para Identificação e Avaliação de Medidas), sendo aplicada a avaliação com base em seu percentual de mitigação na Matriz Qualiquantitativa dos Impactos.

3ª Consideração da CEIV: Apresentar a Matriz Qualiquantitativa atualizada e a Tabela Resumo das Medidas Mitigatórias aplicadas a cada impacto identificado (para cada impacto relacionar a (s) medida (s) proposta (s), para que a CEIV possa avaliar “medidas” X “percentual de mitigação”. Conforme item 4.1.3 do Termo de Referência (anexo da LC nº 24/2018). As medidas mitigadoras para os impactos identificados devem ser descritas no EIV e também avaliadas com base em seu percentual de mitigação. Estes dados devem ser apresentados em Matriz indicando os atributos, critérios e valores, assim com a mitigação e seu efeito sobre a magnitude do impacto.

Medidas complementares a serem observadas:

1. Observar a disposição da LC nº 24/2018, art. 11, § 1º:

"O EIV será arquivado definitivamente, na hipótese do empreendedor não prestar esclarecimentos, ou deixar de atender a qualquer das solicitações, num prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por igual período, mediante justificativa técnica, a contar do despacho da CEIV."

2. Na definição das medidas mitigatórias, estas devem ser efetivas, sendo necessária a comprovação de cumprimento das mesmas através da apresentação de relatório, em cumprimento às disposições dos artigos 16 e 17, da LC nº 24/2018:

"Art. 16 No pedido de certidão de habite-se, o empreendedor deverá comprovar à CEIV, o recolhimento aos cofres públicos municipais, da medida compensatória, e o **Relatório de Cumprimento das medidas mitigatórias**. (grifo do autor)

Parágrafo único. As medidas compensatórias, resultantes do não cumprimento de medidas mitigatórias, previstas no art. 17, deste diploma legal, deverão ser pagas

em uma única parcela, num prazo máximo de 10 (dez) dias, a serem contados a partir da notificação da CEIV ao empreendedor.

Art. 17 *Verificado pela CEIV, o descumprimento da execução de qualquer medida mitigatória, estará o empreendedor sujeito a notificação, com direito a regularização em até 5 (cinco) dias úteis, sendo que, pelo não cumprimento ou na reincidência, será estabelecida medida compensatória, considerando 10 (dez) vezes o valor proporcional a medida mitigatória não executada.* "(grifo do autor)

As correções acima devem ser apresentadas através de ofício com respostas a cada item (se aprovadas, inseridas no EIV final) em uma via impressa e uma digital.

Ressaltando que a análise do Estudo de Impacto de Vizinhança não dispensa as demais licenças e autorizações cabíveis, é o que recomenda esta Comissão.

Balneário Camboriú, 16 de dezembro de 2021.

Michela Denise Parno A. L. - SPU
Secretária da CEIV

CLELIA WITT SALDANHA - SPU
(Presidente da CEIV)

MARIA HELOÍSA B. C. FURTADO LENZI - SEMAM
(Vice-presidente da CEIV)

BEATRIZ NUNES VIEIRA - EMASA
(membro da CEIV)

FÁBIO MIRANDA BECKER - SPU
(membro da CEIV)

GILBERTO BIANCHINI DE SOUZA - BC
Trânsito (membro da CEIV)

LEANDRO GRZYBOWSKI DA SILVA – SEMAM
(membro da CEIV)

MAURINO ADRIANO VIEIRA – SPU
(membro da CEIV)

RAFAEL ESCOBAR DE OLIVEIRA -SPU
(membro da CEIV)

TAYNARA TRETTIN CAMPELLO – SPU
(membro da CEIV)



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: F818-A73B-D0F2-B6EB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ CLELIA WITT SALDANHA (CPF 801.XXX.XXX-34) em 16/12/2021 16:44:48 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ LEANDRO GZYBOWSKI DA SILVA (CPF 044.XXX.XXX-84) em 16/12/2021 16:51:16 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ FABIO MIRANDA BECKER (CPF 983.XXX.XXX-72) em 16/12/2021 16:57:18 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ BEATRIZ NUNES VIEIRA (CPF 057.XXX.XXX-96) em 16/12/2021 18:18:52 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ MICHELA DENISE PARNO ALCANTARA LIMA (CPF 004.XXX.XXX-24) em 16/12/2021 19:06:01 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ MAURINO ADRIANO VIEIRA (CPF 907.XXX.XXX-00) em 16/12/2021 19:08:17 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ TAYNARA TRETTIN CAMPELLO (CPF 024.XXX.XXX-96) em 16/12/2021 19:30:22 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ RAFAEL ESCOBAR DE OLIVEIRA (CPF 914.XXX.XXX-34) em 17/12/2021 10:45:26 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



GILBERTO BIANCHINI DE SOUZA (CPF 081.XXX.XXX-57) em 17/12/2021 18:16:28 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/F818-A73B-D0F2-B6EB>